



**Sessão Solene das Comemorações  
do 52º Aniversário do 25 de Abril**

**INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS**

Dr. Isaltino Morais

Oeiras, 25 de Abril de 2026

Senhora Presidente da Assembleia Municipal,

Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal,

Senhoras e Senhores Vereadores,

Senhoras e Senhores membros das forças policiais e corpos de bombeiros,

Senhoras e Senhores homenageados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O Município de Oeiras estabeleceu, desde há muitos anos, a tradição de honrar com dignidade, reconhecimento e gratidão, o legado de Liberdade que um punhado de bravos capitães um dia nos deixou.

O 25 de abril de 1974, mais do que marca fundadora da democracia portuguesa, representa “o dia inicial, inteiro e limpo”, que abriu a cada membro deste Povo a possibilidade de ser cidadão.

Esse feito, por si só, e para além de todas as narrativas, deveria recolher a unanimidade sobre a importância de reconhecer o realizado pelos militares de abril; capitães ou não, que se dispuseram a lutar a mais importante das batalhas, e que nos abriu as portas da Liberdade.

Tem sido esse o mote que tem conduzido as comemorações do 25 de abril, em Oeiras, ultrapassar as divergências políticas e, ou, ideológicas, e sermos capazes de nos elevar, enquanto representantes eleitos pelo Povo.

Foi por isto que conseguimos envolver, no programa das comemorações dos 50 anos do 25 de abril que o Município de Oeiras realizou, todos os democratas, das mais diversas forças políticas.

Falámos de tudo nestas comemorações.

Do Poder Local Democrático, do seu exemplo, quer de pluralismo, quer enquanto escola de democracia para todos, porque a todos obrigou à sua convivência.

Da Cultura, do antes e depois. Dos livros que se puderam passar a ler. Dos filmes que se puderam passar a ver. Das músicas que se ouviam a 23, que se ouviram a 25 e das que marcaram o período revolucionário.

Da Mulher, que de um momento para outro passou a ver reconhecido algo que é inerente à sua condição humana: é igual. Esta igualdade não significa ser idêntica, a igualdade existe em matéria de direitos, respeitando a singularidade de cada um ou uma.

Da Saúde, que passou de privilégio de poucos, para direito de todos, construindo-se um serviço nacional de saúde que,

tendo as suas limitações, em nada é comparável à miséria herdada.

Da Escola, discutindo quando éramos uma Pátria de analfabetos ou iletrados, para sermos um País de escolhas – só quem é Livre pode escolher! Estamos longe de estarmos onde queremos? Muito provavelmente, mas estamos a uma distância incomparável do embaraçoso ponto de partida de 1974.

Do Mundo, do Preto e Branco para as cores, da Guerra-Fria à atualidade.

Dos Militares, que fizeram o golpe, e que souberam, voluntariamente, entregar o Poder Político, dando ao Povo o que é do Povo.

Em respeito ao papel das forças armadas na construção da democracia portuguesa, mantivemos, durante as comemorações, a “chaimite” no Largo 5 de outubro, ponto de encontro que marca a localidade sede do nosso Concelho. Se a “chaimite” fez o golpe, os militares regressaram voluntariamente às casernas – o seu lugar natural numa sociedade em Paz. A eles o nosso agradecimento!

E, muito naturalmente, falámos de Oeiras nas nossas comemorações. Da Oeiras que era periferia da cidade, e que a Democracia possibilitou tornar-se nova centralidade da nossa urbe. Falámos de tudo de Oeiras, em Oeiras.

Como se vivia, o que se comia; onde nos encontrávamos, como convivíamos; e, depois da estabilização do regime democrático, como, em poucos anos, nos fizemos referência, sabendo que o nosso sucesso é filho dessa tal Liberdade.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

As comemorações dos 50 anos do 25 de abril encerram-se apenas hoje, dia que comemoramos 52 anos daquela madrugada inicial, porque hoje celebramos, também, a entrada em vigor da Constituição da República de 1976.

O 25 de abril constituiu o momento fundador, porque promoveu a queda do regime anterior, mas a democracia não se construiu através de uma “varinha de condão”.

Do momento inicial seguiu-se um período revolucionário, com avanços e recuos, e com vencedores e vencidos.

No final do processo revolucionário, isto é, com a entrada em vigor da Constituição de 1976, podemos afirmar que venceram as forças moderadas.

Construímos todos, coletivamente, um modelo democrático de tipo ocidental. Ficaram, para trás, os sonhos imperiais que vinham desde 1415, entrámos, pois, na normalização europeia do pós-II Guerra Mundial.

O 25 de abril de 1974, ao abrir a porta à exiguidade territorial, constituiu a maior rutura que o País conheceu, desde a restauração da independência de 1640.

Portugal não era apenas uma realidade política europeia desde 1415, exceto no período durante o qual perdeu a independência para Espanha. Esta rutura deixou marcas profundas na forma como os portugueses veem o País e se veem a si próprios. Portugal, ainda que tenha perdido território, não perdeu história, mesmo que disso algumas vezes não se tenha consciência.

Não foi apenas a ideia de um Portugal imperial que ficou para trás. No final daquele processo revolucionário, foram vencidas as ideias reacionárias herdeiras do Estado Novo, bem como vencidas foram as ideias revolucionárias socializantes ou as derivas terceiro-mundistas, que nos teriam sufocado na periferia que sonhávamos abandonar.

Claro está que, como em todas as outras geografias, não faltam grupos, felizmente minoritários na sociedade portuguesa, que olhando mais para a árvore do que para a floresta, gostam de analisar o processo revolucionário e a democracia, olhando apenas para uma pequena parte do fenómeno.

Os problemas que hoje são apontados a Portugal não decorrem nem da forma como correu o processo revolucionário, tão pouco do extraordinário texto da nossa Constituição da República.

Os nossos problemas, que os há, residem muito particularmente, na forma como quem exerce o poder político, sobretudo nas últimas décadas, não foi capaz de fazer cumprir abril.

Cumprir abril é, sobretudo e cada vez mais, cumprir o que está previsto na nossa Constituição. Não no preâmbulo, mas nos seus direitos e, na forma como se pensou organizar o Estado democrático.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Não é possível realizar uma completa análise das últimas décadas portuguesas sem dizer claramente qual foi o ponto de partida.

O dia 25 de abril de 1974 abriu uma imensa janela de esperança num País profundamente atrasado.

A véspera da democracia que alguns hoje querem glorificar era um regime de medo, de tortura, de analfabetos literais e funcionais, de doentes e enfermos, onde crianças morriam por falta de vacinas e cuidados e, no qual, uma mulher para viajar precisava de autorização do pai ou do marido.

É disto que falamos quando falamos do Estado Novo, de Salazar ou de Marcello Caetano. Não eram demónios, mas o regime era atrasado, os líderes eram atrasados, e viviam fora do tempo ou da história.

Queriam um País atrasado, de analfabetos ou de enfermos. Mesmo que não o quisessem propositadamente, foi isso mesmo que criaram!

Quando se quer o regresso de Salazar, está-se a pedir o regresso das contas equilibradas à custa da Liberdade e da dignidade da pessoa humana.

Está-se a dizer a todos os homens e mulheres portuguesas, aos que sofreram e aos que poderiam sofrer, que não valem nada.

Aqueles que, em democracia, pedem o regresso da ditadura, só o fazem por desejar, sem limite, o poder. São esses que deveriam lembrar como calam fundo os ensinamentos de Padre António Vieira: “quando noto que eu me vendo pelos nada do mundo, aí eu vejo que eu sou nada. Eu valho nada.”

Isto para afirmar, que é afinal quem pede o regresso do ditador, que nada vale.

A nossa Democracia não é perfeita, nem poderia ser porque é obra humana. Todavia, foi esta democracia que permitiu a muitos portugueses ter casa, outros tantos estudar e ainda, muitos, poder ter saúde ou, até, estar vivos.

Foi, também, a Democracia que trouxe o Poder Local Democrático. O mesmo que fez as infraestruturas e os equipamentos que garantem a qualidade de vida de que hoje usufruímos.

Não confundir o facto de termos parado de transformar a realidade, com esquecermos quais são os princípios e os valores fundamentais da nossa vida coletiva.

Os primeiros anos da nossa democracia foram extraordinários. As conquistas foram imensas. Apenas necessitamos de perceber porque paramos, e onde isso nos trouxe. No fundo, recuperarmos os fundamentos previstos na Constituição que hoje celebramos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Escolhi, nesta data, falar sobretudo das doenças sociais que marcam a nossa sociedade: a "hipocrisia", a "cobardia" e o "politicamente correto".

Fala-se muito, na atual crise do regime democrático que atravessamos, da importância dos populismos que corroem as nossas sociedades. Mas os populismos e os populistas não são a doença, são o sintoma das doenças.

Os populistas são como que pequenos fungos que se alimentam das doenças, das infeções, mas apenas crescem, e apenas têm importância porque, mesmo quando sabemos,

temos sido incapazes de enfrentar as verdadeiras doenças que nos infetam a vida.

Aos políticos pede-se que sejam seres quimicamente puros, ascetas e acéticos, negando a sua condição humana, vivendo com hipocrisia e no pânico de que os cidadãos percebam que são o que são e não quem fingem ser.

São, muitos dos políticos atuais, verdadeiros cobardes, quase todos os dias das suas vidas. Mas cobardes também, especialmente, por não terem coragem de decidir conforme o que sabem ser o melhor para a comunidade que dizem servir.

Se, como Churchill dizia, “a coragem é a primeira das qualidades humanas, pois é a que garante todas as outras”, imagine-se o papel inverso que a cobardia faz.

Tudo isto, nasce de e alimenta a máquina doentia do “politicamente correto”. Quando um governante teme a verdade porque ela pode ser impopular ou exigir explicação, ele abdica da sua função primária.

A verdadeira coragem política não reside em seguir a corrente, mas em ter o discernimento de sentar e ouvir, e a força de se levantar e dizer o que precisa ser dito, decidir o que é necessário ser decidido, mesmo sob o fogo da crítica. Essa é, aliás, a condição essencial da vida democrática e dos riscos inerentes à exposição e ao exercício de funções públicas.

Os políticos deixaram de querer liderar, limitando-se a gerir a sua imagem numa perspetiva de curto prazo, trocando a coragem por um cálculo frio de sobrevivência eleitoral, procurando gerar um consenso artificial que não existe.

Esta cedência ao medo e ao politicamente correto, cede também ao policiamento do nosso pensamento, estamos a entregar a nossa capacidade de debate democrático a algoritmos de indignação. E, por fim, estamos a entregar a nossa própria Liberdade.

É, muito decorrente deste status quo, a razão pela qual os populismos medram. A generalidade dos políticos, pelas razões que vimos dizendo, afastam-se das reais necessidades das pessoas. Com isso, geram um divórcio entre eleitos e eleitores. É esse o terreno no qual trabalham os populistas. Alimentando as pequenas insatisfações, mentindo todos os dias, mas satisfazendo a necessidade da crítica e apontando culpados.

Como responder? Olhando mais para a doença do que para os sintomas. Olhando para as pessoas, com honestidade e verdade, recuperando os valores fundadores das democracias ocidentais e decidindo em conformidade.

Não há nada a temer do Povo, quando se trabalha com verdade. O verdadeiro poder não está na cadeira, está na caneta.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Sendo que este é o ponto de partida de hoje, importa que saibamos aproveitar as reflexões sobre o estado a que chegamos, de modo que possamos construir o País que queremos. Só assim estaremos a cumprir abril.

Desde logo na organização administrativa do Estado. Como é possível que, meio século passado desde a aprovação do nosso texto magno, continuemos sem criar o nível intermédio de poder, previsto desde a primeira hora.

A falta que o poder regional faz ao País está à vista de todos. Numa lógica de política pública comparada, podemos afirmar que somos, atualmente, o único País da União Europeia que não tem poder regional eleito.

Entre nós, este foi substituído por um poder regional desconcentrado, composto de gestores públicos, homens e mulheres sem rosto que, não tendo legitimidade eleitoral, devem respeito e obediência ao chefe partidário que o nomeou. Perde o Povo, ganha o chefe!

Esta é, mais uma dimensão do medo do Povo. Sabemos a falta da regionalização, sabemos que os custos financeiros são um sofisma, mas vivemos com medo de não conseguir explicar à população a importância da coordenação regional das nossas políticas públicas, como se esta não estivesse à vista de todos.

É tempo, pois, de perder o medo e avançar de uma vez para regionalização, com ou sem referendo, dizendo, cada um, da sua razão e da sua verdade.

O desbloqueio da regionalização será, estou em crer, essencial para libertar a economia de Portugal. Estamos, há muito, amarrados a um modelo de decisão lento, desadequado da contemporaneidade e de um sistema internacional hipercompetitivo.

O nosso tempo de decisão não é o tempo deste mundo. Veja-se como, em Portugal estamos há quase 70 anos para fazer um novo aeroporto, há 30 para fazer a 3ª e 4ª travessias do Tejo e também há 70 sem quaisquer comboios novos na linha de caminho de ferro do Estoril.

Nesse mesmo período temporal, quase todas as capitais europeias fizeram as suas novas infraestruturas. Nós continuamos ainda a pensar fazê-las. Como podemos nós ser competitivos e produtivos com tal incapacidade decisória.

A organização do Estado que tudo encrava, é vista hoje – e muitas vezes bem – como um empecilho ao desenvolvimento do País. Note-se, o maior problema não vem da administração pública, vem do poder político e das doenças que atrás descrevemos.

Falta combater as doenças e falta pragmatismo decisório e passar das palavras aos atos.

O mesmo se passa na garantia de direitos fundamentais, que abril trouxe, mas que hoje o Estado tem dificuldade em garantir, seja por gestão de recursos, seja por escassez dos mesmos.

Aliás, como pode não haver escassez, se o Estado não está formatado para fazer crescer a nossa economia?

Falo-vos de três exemplos simples: habitação, educação e saúde. Três áreas chave da vida de todos os cidadãos, que exigem atenção especial e reformas urgentes, para que possam voltar a ser “direitos reais” e não apenas “direitos formais”.

Na habitação, a crise é conhecida e sentida pela generalidade da população portuguesa. Era previsível e foi potenciada por uma daquelas leis politicamente corretas, fora da realidade, cuja paternidade é conhecida, mas cuja responsabilização política real é menosprezada.

Vejamos com detalhe o que se passa politicamente nas políticas de habitação. Um lado do espectro olha para o problema potenciando o lado ambiental, o outro lado potenciando o lado fiscal. No meio estão os portugueses que, ou não têm casa digna, ou gastam tudo quanto auferem para poder ter um teto.

O problema está na falta de casas para quem está fora do mercado ou do que o mercado pede. Essas pessoas não vivem de benefícios fiscais para construtores, vivem de casas públicas. Para que haja essas casas, são necessários os solos urbanizáveis que a tal Lei ideologicamente miserável e filha do politicamente correto obliterou da esfera das áreas metropolitanas e que hoje faz sufocar o Povo.

Como queremos que os portugueses que não têm onde viver reconheçam que a democracia é o melhor dos regimes, se nem é capaz de possibilitar uma casa digna?

O mesmo problema atravessamos hoje na Educação. Nas últimas semanas recebemos no Taguspark o maior evento nacional sobre políticas de Educação. Ficaré, durante muito e muito tempo, o exemplo que trouxe a Ministra da Educação da Estónia.

A Estónia é uma ex-república soviética. Tornou-se independente em 1991. Aderiu à União Europeia em 2004. Herdou um sistema de governação altamente centralizado, mas soube descentralizar. Na Estónia, a contratação de professores cabe aos municípios. A educação tem o financiamento necessário e é gerido, com confiança, pelo nível mais próximo da administração.

Em Portugal, a colocação de professores é competência do Estado Central, com intervenção da administração desconcentrada, aos municípios cabe o papel de guichet.

Estamos em pleno processo de descentralização, os recursos financeiros alocados foram mais do que escassos.

A Associação Nacional de Municípios Portugueses assinou um acordo com o governo, fora da realidade dos preços de mercado. Resultado, hoje os recursos disponíveis para a região de Lisboa são sensivelmente 50% dos necessários para a recuperação das escolas agora descentralizadas, que passarão, naturalmente, a ser um ónus do Poder Local.

O corolário de tudo isto é que o pequeno País saído da União Soviética está ao nível dos melhores do mundo nos indicadores da educação e, nós por cá, continuamos alegremente agarrados aos burocratas centralizadores do Terreiro do Paço.

Quem perde? O Povo!

Outro exemplo de crise profunda de organização e gestão é o caso da Saúde. Se antes do 25 de abril a saúde era privilégio, depois tornou-se direito, atualmente é sentido como sendo apenas mais um ramo de negócio.

Recorrentemente vemos sendo noticiado, e infelizmente já sem surpresas, o encerramento de urgências de especialidades, o nascimento de crianças em ambulâncias e, pior, as mortes que ocorrem por falta de socorro.

Hoje não há sequer médicos de família em número necessário, quando há são obrigados a números imorais de acompanhamento de doentes, devendo realizar consultas em 5 minutos, quando esse tempo nem é o necessário para um médico sério olhar e sentir como está, efetivamente, a pessoa que tem sentada à sua frente.

Onde estão os Serviços de Atendimento Permanente que, no passado existiam nos centros de saúde, e que constituíam a primeira linha de urgência, evitando sobrecarregar os serviços hospitalares? Não estão mais.

Nos grandes centros urbanos, é preciso reconhecer, esse papel vai sendo realizado pelas unidades de saúde privada. Estas urgências privadas que nos últimos anos floresceram, são sustentadas por seguros de saúde, a que os cidadãos se vêm obrigados, pelo receio de, sem os mesmos, não terem acesso aos seus cuidados.

Também neste setor, os municípios não podem contratar médicos, mas herdaram, novamente, num processo de descentralização realizado às pressas, instalações degradadas, sem que do Estado tenha vindo o envelope financeiro necessário às intervenções.

Dentro de poucos anos, estes centros de saúde descentralizados serão mais um ônus financeiro de um Poder Local progressivamente depauperado.

Pior, e uma vez mais, como olha o cidadão para a democracia que não confere a si, bem como aos seus, os cuidados de saúde de que se julga credor?

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Os Direitos Fundamentais que aqui descrevemos não podem ser apenas direitos formais. De nada nos vale prevêê-los, sem que lhes seja dado corpo material que os tornem tangíveis.

A crença do cidadão no Estado e no poder político tem correlação objetiva ao que o poder político efetivamente confere. Por essa razão, em Oeiras é diferente!

Note-se como, em todos estes Direitos, Oeiras é referência e exemplo de excelência nacional. Como temos procurado, no cumprimento destes direitos... cumprir abril!

Na Habitação formos pioneiros no processo de construção de habitação pública pelos municípios, antecipando-nos ao Plano Especial de Realojamento. A aprovação do primeiro PER datou de 1993, ano no qual um terço das barracas de Oeiras já tinham sido demolidas.

Note-se, também, que, mesmo depois do País inteiro ter acreditado que não mais haveria problemas de habitação, Oeiras continuou com os seus programas de habitação, que apenas não foram desenvolvidos por falta de financiamento apropriado pelo Estado.

Não obstante, com recursos próprios, fomos os primeiros e os únicos a desenvolver um programa de habitação específico para os jovens do nosso Concelho, adquirindo, sempre que o mercado não o fazia, os prédios degradados nos centros históricos do Concelho.

Não por acaso, quando o Governo aprovou os primeiros pacotes de financiamento para habitação pública, Oeiras era o único Município português com projetos para a apresentação de candidaturas. Também não por acaso, fomos o primeiro Município a entregar casas construídas, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência.

Não estamos, porém, satisfeitos. Como poderíamos estar se continua a haver famílias oeirenses a necessitar de uma casa digna. Não descansaremos até que todas as necessidades estejam cumpridas. Queremos construir, até 2030, perto de 3000 novas casas.

Na Educação nunca poupámos esforços. Se, numa fase inicial, o nosso investimento incidiu, sobretudo, na construção ou recuperação de património edificado escolar, a que acrescia o seu correto equipamento, cedo nos começámos a preocupar com dar passos em relação a políticas de educação inovadoras.

No início deste século, começámos a equipar as nossas escolas com quadros interativos, então de primeira geração, levando as tecnologias, que são o verdadeiro core business empresarial de Oeiras, para as nossas salas de aulas.

Mais recentemente, desde 2017, inovando em tudo quanto nos é possível. Na tecnologia, nos equipamentos, no apoio ao estudo, no apoio social escolar e nas atividades complementares.

Todavia, o expoente máximo das nossas políticas na Educação é a universalização do acesso ao ensino superior. Qualquer jovem de Oeiras, cuja família não tenha meios para suportar os seus estudos universitários, pode aceder aos mesmos; sem números clausos.

Estamos, efetivamente, a garantir a igualdade de oportunidades aos oeirenses.

Na Saúde, com julgo ser reconhecido por todos, temos os melhores indicadores do País.

Todos os centros de saúde construídos nas últimas décadas em Oeiras, foram-no com recursos municipais. O próximo será o de Porto Salvo. Estará integrado na obra do Rossio de Porto Salvo, juntamente com a nova sede da Junta de Freguesia.

O projeto está pronto para concurso, aguardando apenas a disponibilização de terrenos para a construção da VDP, sem a qual não será possível avançar com a obra do Rossio, uma vez que será necessário já existir uma alternativa viária durante o tempo de construção da obra do Rossio.

Mas a nossa preocupação complementar com a saúde esteve presente desde sempre. Seja com a política de medicamento, que suporta, desde 2009, 50% da parte não comparticipada dos portadores do “cartão Saúde+”, que abrange pessoas com mais de 55 anos, e que está a ser alargado a todas as pessoas com deficiência.

Um outro exemplo das nossas políticas na saúde, é a medida “médico em casa”, que garante aos portadores do “cartão 65+”, durante 365 dias por ano, das 20 às 8 horas, a possibilidade de chamar um médico a casa em situação de doença – evitando, uma vez mais, sobrecarregar as urgências hospitalares.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Os exemplos do cumprimento de Direitos Fundamentais de abril que aqui deixo, são bem demonstrativos de como “em Oeiras é diferente”. Paralelamente, estes exemplos são também demonstrativos de como é possível, como País, fazermos mais do que aquilo que tem sido feito. Basta fazer como Oeiras...

Se muitos em Portugal, depois das primeiras décadas de desenvolvimento da criação da nossa democracia, desistiram de fazer, Oeiras nunca parou.

Ainda há dois dias inaugurámos mais uma fase dos arranjos exteriores no Bairro dos Navegadores, e a requalificação do espaço de recreio de uma creche no mesmo bairro. Obras que seriam impossíveis no tempo do Estado Novo.

Acreditámos sempre, e continuamos a acreditar, num modelo de desenvolvimento antropocêntrico, no qual colocamos as pessoas, sua dignidade, necessidades, bem-estar e felicidade no centro das nossas preocupações.

Para que tal tenha sido possível, ordenámos desde há décadas o nosso território, com políticas de planeamento e desenvolvimento urbanístico rigorosas, que nos permitiram salvaguardar exemplarmente o nosso ambiente – ao ponto de sermos avaliados com 100 pontos, em 100 pontos possíveis, na adaptação as alterações climáticas.

Porque fazemos este planeamento rigoroso, há décadas, fomos construindo um tecido económico local, com empresas de base tecnológica e centros de estudo e saber, que são a nossa riqueza hoje.

As melhores empresas do mundo não vêm para Oeiras porque sim, vêm porque em Oeiras é diferente! Em Oeiras há condições de crescimento e de desenvolvimento económico únicas no sul da Europa.

Nunca aderimos, pois, à vetocracia dominante que, um pouco por todo o lado, paralisa o desenvolvimento, em prol de ideias radicais fora da realidade que defendem nada; verdadeiras distopias castradoras do bem-estar das pessoas e da sua liberdade individual.

Não é por acaso que os oeirenses confiam na liderança do Município e que o vínculo entre Câmara Municipal e a população é tão forte. Os oeirenses sabem bem, por que razão, foi também abril quem fez o Oeiras Valley.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Quero terminar esta minha intervenção dizendo que, mesmo que hoje haja quem tema, em Oeiras há razões para acreditarmos no futuro. Aqui podemos ter esperança.

Nas últimas décadas fizemos questão de desenvolver políticas públicas e projetos dirigidos à população mais jovem, envolvendo-a na governação da cidade, reconhecendo o seu mérito e a sua participação.

Há 20 anos oferecíamos portáteis aos melhores alunos do Concelho, hoje levamo-los em viagens que, ao mesmo tempo, fazem-nos descobrir novos lugares, olhando o mundo com outros olhos.

São experiências únicas, que os enriquecem a eles e, esperamos nós, a toda a comunidade.

Associado a estes prémios, estão os projetos como o “Dia da Democracia” ou a participação nas “COP”, com a UNA, a Associação das Nações Unidas de Portugal.

O foco não está no prémio, mas no reconhecimento do seu esforço, do seu valor e da sua participação.

O resultado de tudo isto é a nova geração de jovens de Oeiras que, negando o preconceito que diz que os jovens não se interessam pela política, os nossos jovens estão sedentos de participar, seja nos órgãos autárquicos, seja na política nacional.

Esta é uma geração que tem muito a oferecer ao futuro de Oeiras e ao futuro de Portugal.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Permitam-me terminar, dirigindo um especial cumprimento a todos os ex-autarcas a quem, nesta ocasião, prestamos devida homenagem.

Independentemente das ideias ou ideologias que a cada um movem, queremos acreditar que, cada um de nós procurou dar o seu melhor em prol do desenvolvimento da nossa comunidade.

O Povo de Oeiras tem dado provas sucessivas que sabe ser grato e sabe reconhecer.

Muito obrigado!

A Democracia, diz-se, nunca é edifício terminado. É, sobretudo, dinâmica, é movimento, é fazer!

Os desafios que temos pela frente são de grande monta, exigem que os homens e mulheres que exercem cargos públicos tenham a coragem de se elevar à altura das circunstâncias.

Não há resposta fora da democracia e fora da ordem constitucional, o futuro está em aberto; está nas mãos daqueles a quem o Povo confiou o Poder de fazer cumprir abril!

25 de abril, sempre!

Viva o 25 de abril!

Viva a Liberdade!

Viva Oeiras!

Viva Portugal!